



ACÓRDÃO Nº1034/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11051/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Iranduba.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Alessandro Pereira Carbajal (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Lívia Rocha Brito - 6474, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Pedro Henrique Mendes de Medeiros - OAB/AM 16111 e Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3262/2021-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Iranduba. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Alessandro Pereira Carbajal**, responsável pela Câmara Municipal de Iranduba, no curso do exercício de 2017, conforme o art. 22, inciso III, "b", da Lei n.º 2.423/1996, considerando as ocorrências das irregularidades constantes nos itens 11.1 a 11.8 do Relatório/Voto;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Alessandro Pereira Carbajal** no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, em face das impropriedades dos itens 11.1, 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6, 11.7 e 11.8, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição



ACÓRDÃO Nº1034/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Iranduba que:

- 10.3.1.** Verifique a procedência e legitimidade de dívida tributária referente a “Depósitos: Retenção de IRRF” no valor R\$ 15.671,80, de origem anterior à 2017, conforme constante no Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17, Lei 4320/64), e sendo o caso, proceda ao recolhimento à Fazenda Municipal e, havendo a ocorrência de juros e multa, proceda com a abertura de tomada de contas especial para fins de quantificação do dano e identificação dos responsáveis nos termos do art. 9º da Lei Estadual nº 2423/96-LOTCE;
- 10.3.2.** Verifique a procedência e legitimidade de dívida tributária referente a “Depósitos: Retenção de IRRF” no valor R\$ 2.112,63, de origem anterior à 2017, conforme constante no Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17, Lei 4320/64), e sendo o caso, proceda ao recolhimento à Fazenda Municipal e, havendo a ocorrência de juros e multa, proceda com a abertura de tomada de contas especial para fins de quantificação do dano e identificação dos responsáveis nos termos do art. 9º da Lei Estadual nº 2423/96-LOTCE;
- 10.3.3.** Tome conhecimento da existência do saldo de R\$ 198.073,88 no grupo contábil “Outros créditos e valores a receber” constante no Balanço Patrimonial do exercício de 2017, e adote as medidas cabíveis para o encaminhamento formal dos créditos ao Executivo Municipal, nos termos da legislação em vigor, em especial as Leis nº 4320/64 e nº 6.830/1980;
- 10.3.4.** Verifique se foram regularizadas as seguintes obrigações: Retenção de ISS (Imposto Sobre Serviço), no valor de R\$ 1.006,85; Retenção de “IRRF sobre nota fiscal serviços”, no valor de R\$ 599,00; Retenção de “INSS sobre nota fiscal de serviços” no valor de R\$ 2.072,66, conforme constante no



ACÓRDÃO Nº1034/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2017 (Anexo 17, Lei 4320/64), e sendo o caso, proceda ao pagamento a quem de direito. E, havendo a ocorrência de juros e multa, proceda com a abertura de tomada de contas especial para fins de quantificação do dano e identificação dos responsáveis nos termos do art. 9º da Lei Estadual nº 2423/96-LOTCE;

- 10.3.5.** Verifique a procedência da baixa nos valores de IRRF (R\$ 152.928,71) e INSS s/ Nota Fiscal de Serviços (R\$ 1.499,44) nos exercícios de 2017 e 2018, e caso encontre inconsistências, que adote as medidas cabíveis no sentido de regularização de eventuais débitos. E, havendo a ocorrência de juros e multa, proceda com a abertura de tomada de contas especial para fins de quantificação do dano e identificação dos responsáveis nos termos do art. 9º da Lei Estadual nº 2423/96-LOTCE;
- 10.3.6.** Adote providências no sentido fazer a correta alienação de bens inservíveis, porventura ainda integrantes do seu patrimônio, nos termos do Decreto Federal nº 9.373/2018;
- 10.3.7.** Observe com rigor os prazos de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal;
- 10.3.8.** Adote, por ocasião da admissão de servidores públicos, meios eficazes para verificar possíveis acumulações ilegais de cargos.

11- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Setembro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral